

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2026

COTA UNIVERSAL— GRUPOS 1, 2, 3 E ITEM 27 — AMPLA CONCORRÊNCIA

COTA RESERVADA— GRUPO 4 E ITEM 28 — EXCLUSIVO MES, EPPs E EQUIPARADAS

**AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA, EQUIPAMENTOS  
E MATERIAIS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAe, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, torna pública a realização de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, POR GRUPO E ITEM**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023 e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

### 1. DAS INFORMAÇÕES PARA O PROCEDIMENTO

CONTRATANTE:	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAe, DE CAXIAS DO SUL – RS
UASG:	928576
OBJETO:	Aquisição de conjunto motobomba, equipamentos hidráulicos e equipamentos elétricos para a construção da futura EBAT Apanhador, válvulas de controle de nível e demais itens de material hidráulico, conforme Termo de Referência Anexo I.
CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA — EXCLUSIVA PARA EPPs, MES OU EQUIPARADAS COTA UNIVERSAL — AMPLA PARTICIPAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR GRUPO/ITEM
LANCES A SEREM OFERTADOS	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART. 28, INCISO I, DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES	0,5% (CINCO DÉCIMOS POR CENTO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	26/8070-0000488-0
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.05 – SSA – 17.512.011.1.162 – 4.4.90.52.30.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011.1.162 – 4.4.90.52.39.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011.2.345 – 3.3.90.30.26.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011. 2.345 – 3.3.90.30.99.07.00.00 – VÍNCULO 1501
CONTATO PARA INFORMAÇÕES	GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (54) 3220-8600, EM DIAS ÚTEIS, DAS 13H ÀS 17H <a href="http://WWW.SAMAECAIXIAS.COM.BR">PORTAL: WWW.SAMAECAIXIAS.COM.BR</a> , NO LINK LICITAÇÕES E-MAIL <a href="mailto:LICITACAO@SAMAECAIXIAS.COM.BR">LICITACAO@SAMAECAIXIAS.COM.BR</a>
LOCAL	<a href="https://www.gov.br/compras">HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS</a>
CONDUÇÃO DO PROCESSO	<a href="#">PREGOEIROS</a> DESIGNADOS PELA PORTARIA N.º 31.182, DE 25/09/2025.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES/ESCLARECIMENTOS	3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA ABERTURA DO CERTAME

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022, estando classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital e especificações usuais de mercado.

1.2. A contratação será dividida em grupos, facultando-se à licitante a participação nos grupos de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem, e em itens, facultando-se a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital.

1.3. Havendo divergência entre o código **CATMAT**, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital, **prevalecerá**, sempre, a descrição do item constante deste Edital e anexos que o integram.

1.4. O local, a forma, as condições e o prazo de entrega estão indicados no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- I. cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- II. que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal;
- III. que atendam a todas as condições deste Edital e seus Anexos;
- IV. que, exclusivamente, sejam **enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de

dezembro de 2006 e alterações, para os itens da cota reservada. Que são o Grupo 4 e o Item 28.

2.1.1. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, para os itens da cota universal (ampla concorrência).

2.2. A participação neste certame dar-se-á no Sistema de Pregão Eletrônico, integrante do sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), com a solicitação de *login* e senha de acesso pelo interessado.

2.2.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2.2. O acesso ao sistema para participação no certame poderá ser efetuado pela *web* ou pelo respectivo aplicativo do Governo Federal.

2.2.3. As licitantes deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Pregão Eletrônico – Fornecedor, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.4. A participação neste certame implica na responsabilidade do interessado e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento.

2.2.5. A licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.6. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da licitante.

2.3. Não poderão participar deste certame:

- I. licitantes proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. licitantes que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;
- III. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. licitantes que estejam sob falência;

- V. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- VI. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, conforme Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário;
- VII. licitantes que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:
  - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aplica-se o disposto também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
  - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes, nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- VIII. agente público do órgão contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#); tal vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- IX. pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema,

que:

- I. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, quando couber;
- II. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- III. cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- IV. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- V. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- VI. a proposta foi elaborada de forma independente;
- VII. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- VIII. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e
- IX. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

3.3.1. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3.2. No(s) item(ns)/grupo(s) exclusivo(s) para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a seleção do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele(s) item(ns)/grupo(s).

3.3.3. No(s) item(ns)/grupo(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a seleção do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na referida Lei.

3.3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão

pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I. valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II. percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.7.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma aqui estipulada possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.8. Caberá à licitante, interessada em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8.1. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos lá exigidos e em conformidade com os Anexos I e II deste Edital.

4.1.1. O valor ou desconto deverá ser preenchido de acordo com as informações indicadas no formulário padrão para preenchimento da proposta, Anexo II deste Edital, expressos em reais,



com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.1.2. A licitante deverá ofertar apenas uma marca, um modelo e um fabricante por item, quando exigidas estas informações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora ao seu fornecimento.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados no sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet.

5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com

acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa **aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.



5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

5.22.1. Havendo eventual empate, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, em que deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às empresas:

- I. estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;
- II. brasileiras;
- III. que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
- V. sorteio eletrônico.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O Pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.23.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo inicial.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação correlata e no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- IV. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- V. Cadastro de Licitantes Penalizadas junto ao Município de Caxias do Sul – RS.

6.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos incisos “II”, “III” e “IV” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.3. Caso conste, na Consulta de Situação do Fornecedor, a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente responsável diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas registradas no SICAF.

6.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condições de participação.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, inclusive em relação ao tratamento

favorecido em relação às Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, em que o Pregoeiro verificará se estão atendidas as exigências deste Edital e demais legislação atinente à matéria, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, observado o disposto nos arts. 29 a 32 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a vencedora comprove:

- I. que o custo não ultrapassa o valor da proposta, e
- II. que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação.

6.5.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.5.1.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.5.2. Considera-se erro, no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.6. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não

aceitação da proposta.

6.6.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no referido Termo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7.1. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.

6.7.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.7.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

6.7.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.2. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

7.1.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.2. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.2.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da licitante.

7.1.2.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.2.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.2.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada pelo Pregoeiro, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.1.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.2. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.2.4.

7.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.9. A licitante enquadrada nas condições da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que for declarada vencedora.

7.9.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo

prazo.

7.9.2. O benefício não eximirá a licitante de apresentar todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possua alguma restrição.

7.9.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

7.9.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra beneficiária da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações com alguma restrição na documentação fiscal e/ou trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.10. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e
- II. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo

prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- I. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- II. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação dar-se-á por meio do *chat*, via sistema eletrônico, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação e esgotados os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado o Termo de Contrato correspondente.

11.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, conforme minuta constante do Anexo III, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento e seus anexos.

11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal, com código de rastreio, ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.2.2. O prazo previsto para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

11.3. A assinatura do contrato implica no reconhecimento que:

- I. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;
- II. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. As condições de execução e os critérios de aceitação estão descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11.5. As condições para liquidação da despesa e prazo de pagamento estão descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1. As infrações administrativas e as respectivas sanções estão definidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, Anexo III deste Edital.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade da licitante o seu acompanhamento.



13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@samaecaxias.com.br](mailto:licitacao@samaecaxias.com.br).

13.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando a alteração comprometer a formulação das propostas, conforme § 5º do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. O procedimento será divulgado no ComprasNet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.1.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br).

14.2. Os documentos referentes a esta contratação, que não tenham sido assinados por responsável legal da licitante, identificado no SICAF ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhados de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

14.2.1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos a serem apresentados, a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade proposta.

14.2.2. As interessadas são responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

14.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4. Caberá à licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela

Administração ou de sua desconexão.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAMAЕ.

14.8. No julgamento das propostas e na habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.9. É facultada ao agente da Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, documentos de habilitação ou outros, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.9.2. A inobservância do prazo fixado pelo agente da Administração para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou, ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da interessada.

14.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



14.11.1. O SAMAЕ poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à interessada direito à indenização.

14.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.13. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital e seus anexos.

14.14. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas, alheias às discriminadas por este Edital e seus anexos.

14.15. A adjudicação e a homologação desta contratação são de competência do Diretor-Presidente do SAMAЕ.

14.15.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.16. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAЕ, de Caxias do Sul – RS, poderá revogar este certame por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.18. O não cumprimento de qualquer item deste Edital e de seus anexos, quando não sanáveis, implicará a inabilitação da licitante e/ou desclassificação da proposta.

14.19. A apresentação da proposta implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e para a empresa declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital, seus anexos e das normas legais pertinentes.

14.20. As comunicações dos atos decorrentes deste certame ocorrerão no sistema ComprasNet, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no site oficial do SAMAЕ; ainda, no que couber, no Diário Oficial Eletrônico – Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul, em jornal diário de grande circulação e no sistema LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

14.21. A ata da sessão será divulgada no sistema eletrônico.

14.22. As solicitações relativas às prorrogações de prazos, tanto para entrega ou para execução, bem como de substituição de marcas e ou modelos, relativamente à contratação, conforme

previsão, se houver, constante do Termo de Referência – Anexo I, devem ser encaminhadas, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observando-se que:

- I. quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMAE, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada;
- II. a loja de atendimento do SAMAE situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS;
- III. quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, através do n.º (54) 3220-8600, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade, e
- IV. o SAMAE não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).


14.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;  
Anexo II – Modelo de Formulário de Preenchimento da Proposta;  
Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

Caxias do Sul, 10 de abril de 2026.



Jackson de Souza Vargas,  
Agente Administrativo.



Lourenço Benetti Bonfá,  
Superintendente de  
Orçamento, Finanças e  
Licitações.



Edson da Rosa,  
Diretor-Presidente do SAMAE.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÕES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de conjunto motobomba, equipamentos hidráulicos e equipamentos elétricos para a construção da futura EBAT Apanhador, válvulas de controle de nível e demais itens de material hidráulico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

Grupo	Item	Código SAMAe	CATMAT	Descrição	Quant.	Und.
01	01	3590	603151	Válvula de retenção, de fechamento rápido, DN 100mm (4"), PN 16 (conforme NBR 7675), tipo WAFER, para um tempo de fechamento de 0,01 a 0,1 segundos; mola em aço inox AISI 302 ou de qualidade superior; curso máximo do obturador de 1/8 do valor do DN (este curso deve ser limitado mecanicamente pelo eixo central da válvula, através de um batente); corpo à montante: ASTM 536 Gr 60.40.18, corpo (placa) à jusante: ASTM 536 Gr 60.40.18; ou corpo à montante: ASTM A536 Gr. 65.45.12, corpo (placa) à jusante: ASTM A536 Gr. 65.45.12, com obturador circular em poliuretano (não será aceito obturador de ferro fundido com revestimento de poliuretano)	04	Un.
	02	10932	302198	Junta de desmontagem, travada axialmente, com flanges conforme NBR 7675 (ISO 2531), corpo, pistão e contra flange em ferro fundido dúctil, NBR 6916, classe 42012 ou 50007, revestido externa e internamente com epóxi eletrostático, cor azul, com espessura mínima de 250 micra, anel de vedação em borracha (EPDM), tirantes e porcas em aço carbono galvanizado; PN 16; DN 150mm	02	Un.
	03	10931	302197	Junta de desmontagem, travada axialmente, com flanges conforme NBR 7675 (ISO 2531), corpo, pistão e contra flange em ferro fundido dúctil, NBR 6916, classe 42012 ou 50007, revestido externa e internamente com epóxi eletrostático, cor azul, com espessura mínima de 250 micra, anel de vedação em borracha (EPDM), tirantes e porcas em aço carbono galvanizado; PN 16; DN 100mm	04	Un.
	04	13817	471061	Flange cego, de ferro fundido dúctil, com furação, fabricado conforme NBR 7675, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 150mm.	02	Un.
	05	2231	457623	Redução concêntrica, de ferro fundido dúctil, fabricada conforme NBR 7675, com flanges, revestida interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 100mm x DN 75mm.	02	Un.
	06	13818	457623	Redução excêntrica, de ferro fundido dúctil, fabricada	02	Un.

			conforme NBR 7675, com flanges, revestida interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 100mm x DN 80mm.		
07	7582	606638	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,50m; PN 16; DN 150mm.	06	Un.
08	13819	465407	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,25m; PN 16; DN 150mm.	06	Un.
09	13820	465411	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,25m; PN 16; DN 100mm.	06	Un.
10	13821	606511	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 1m; PN 16; DN 150mm.	02	Un.
11	3668	237035	Tê, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, revestido interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó; PN 10; DN 100mm.	10	Un.
12	2085	603688	Tê, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, revestido interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó; PN 10; DN 150mm.	10	Un.
13	13736	454892	Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica tipo wafer, construção de acordo com a norma NBR 15768; face a face conforme norma NBR ISO 5752 série 20, classe 150; classe de vedação estanque (classe 4); corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; sede de vedação em Buna-N ou superior; haste (eixos) AISI 304 ou superior; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze auto-lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); válvula deve ser montada entre flanges com gabarito de furação de acordo com a norma NBR 7675 - PN 10. Tamanho: <b>DN 50mm</b> . Acionamento: através de mecanismo de redução e volante.	10	Un.
14	11090	607531	Válvula borboleta bi excêntrica ou tri excêntrica, furação de acordo com a norma NBR 7675, norma de construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto;; classe de vedação estanque e bi direcional; corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi excêntrico ou tri excêntrico fabricado em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo ser cônicos	10	Un.

				com trava, sede de vedação em Buna-N ou superior no disco; haste (eixos) e parafusos em AISI 420, buchas de bronze auto lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); Tamanho: <b>DN 100mm</b> - PN 10. Acionamento: através de mecanismo de redução e volante		
	15	13727	610958	Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica, com flanges, de acordo com a norma NBR 7675, construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto; classe de vedação estanque; corpo monobloco em ferro fundido nodular, conforme NBR 6916 ou ASTM A536 Gr. 65-45-12; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; sede de vedação no disco em borracha sintética (Buna-N) ou poliuretano; haste (eixos) em AISI 420; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze; vedação do eixo em anel oring "O"; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009, exigindo corpo de prova apenas retirado na presença do inspetor; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; PN 10; <b>DN 150mm</b>	04	Un.
02	16	10358	485232	Inversor de frequência para acionamento de motores de dois ou quatro pólos (utilizados em bombas centrifugas), potência mínima de 30 kW (trinta quilowatts) e corrente de saída mínima de 58 A (cinquenta e um Ampere), tensão de alimentação trifásica de 380 Vca, saída de 380 Vca, com no mínimo 4 entradas digitais, com no mínimo 3 saídas a relé, com no mínimo 2 saídas analógicas do tipo 0 à 10 Vcc e/ou 4 à 20 mA, com no mínimo 1 entrada analógica do tipo 0 à 10 Vcc e 1 entrada analógica do tipo 4 à 20 mA. Deve acompanhar IHM ou painel de operação básico para programação com display e teclas de acesso. Deve possuir porta de comunicação serial padrão RS485 e protocolo ModBUS incorporado ou por placa sobressalente juntamente fornecida. Deve possuir sistema de controle PID. Deve possuir saída de 0 à 10 Vcc para alimentação de potenciômetro como referência. Deve possuir no mínimo as seguintes proteções: sobrecarga, falta a terra e sobre temperatura, rendimento típico de no mínimo 97 (noventa e sete) por cento, deve possuir fonte disponível com tensão de saída de 24 Vcc (vinte e quatro volts de corrente contínua) com capacidade de 500 mA (quinhentos mili ampere). As especificações são atendidas pelo modelo CFW110058T40Z + RS485-01 da marca WEG ou equivalente.	02	Un.
	17	12723	441660	Cabo de cobre flexível, antichama, com isolamento em HPER para no mínimo 90 graus Celsius e isolamento de no mínimo 0,6/1 Kv (seiscentos até um mil volts), têmpora mole, encordoamento no mínimo classe 4 (quatro), não halogenado com baixa emissão de fumaça, conforme a NBR 5410, NBR 7286 e NBR 13248, aprovados pelo INMETRO, deve atender a NBR NM 247-3, na seção 25 mm², de cor preta;	200	m.
	18	3655	478420	Contator de potência tripolar, tensão de bobina 220 Vca (duzentos e vinte volts corrente alternada), 60 Hz (sessenta	06	Un.

				hertz), indicação superior dos contatos e bobina, com parafusos para o aperto das conexões, encaixe para trilho DIN 35, tensão máxima de 600 Vca (seiscentos volts de corrente alternada), corrente nominal de trabalho de 65 A (sessenta e cinco ampere), tensão nominal de isolamento de no mínimo 690 Vca (seiscentos e noventa volts corrente alternada), durabilidade mecânica de no mínimo 6 (seis) milhões de ciclos, durabilidade elétrica de no mínimo 1,4 (um vírgula quatro) milhões de ciclos, 1NA + 1NF (um contato auxiliar normal aberto mais um normal fechado) incorporados. As especificações são atendidas pelo modelo LC1D65AM7 da marca Schneider Electric ou equivalente.		
	19	12123	338989	Fusível tipo NH ultrarrápido, corrente nominal 160 A (cento e sessenta ampere), classe aR, tamanho 00, tensão nominal 690 Vca (seiscentos e noventa volts corrente alternada). As especificações são atendidas pelo modelo FNH00-160K-A da marca Weg ou equivalente.	20	Un.
03	20	12101	618280	Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica, tipo wafer, construção de acordo com a norma NBR 15768; face a face conforme norma NBR ISO 5752 série 20, classe 150; classe de vedação estanque (classe 4); corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável 304 ou superior; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; vedação no disco em Buna-N ou superior ou vedação embutida no corpo em Buna-N com disco em inox; haste (eixos) AISI 304 ou superior; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze auto-lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura conforme NBR 15768; plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); a válvula e todo o conjunto de acionamento deverão possuir garantia mínima de um ano, após a entrega dos equipamentos, contra qualquer defeito de projeto, fabricação e montagem. Montagem: válvula deve ser montada entre flanges com gabarito de furação de acordo com a norma NBR 7675 - PN 10. Tamanho: DN 100 - PN 10. Acionamento: através de atuador elétrico. <b>Atuador elétrico</b> - Tensão de alimentação <u>24 VCC</u> ; Tipo 1/4 de volta ou com redutor 1/4 de volta e atuador multi-voltas; Dimensionado conforme torque de acionamento da válvula; Controle, medição e indicação da posição do atuador durante o seu funcionamento com uso de potenciômetro ou tecnologia superior; Os atuadores devem possuir indicador mecânico de posição com visor de vidro temperado instalado na tampa da Caixa de Controle, composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada. Controle, medição e indicação de torque com o uso de célula de carga ou tecnologia superior; Controle de funcionamento do atuador no modo local (comando de abertura e fechamento no próprio atuador) e remoto (comando via rede em protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485); O atuador deverá ser fornecido SEM a placa de acionamento por I/O Digital e/ou analógica; Display para leitura da posição e torque da válvula e de informações de alarmes, fornecido com tampa de proteção contra intempéries e indicação local e remota; O atuador deve ter um display de OLED gráfico com resolução de no mínimo 128	02	Un.



			<p>x 64. Possibilitando leitura digital da posição da válvula em incrementos de 1 % e a o status do atuador e alarmes. O display deve ser configurado em português; Ser dotado de sistema que não permita a movimentação da válvula sem o comando do atuador; Possuir volante de emergência para abertura e fechamento manual da válvula com desacoplamento automático em caso de acionamento do motor; Possuir placa de comunicação para protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485 (dois fios); Grau de proteção IP 68, a contratada deverá apresentar certificado de grau de proteção emitido por organismo certificador de produto (OCP) ou laboratório acreditado pelo INMETRO.; Possuir sistema de botoeiras de comando magnéticas não intrusivas ou sistema equivalente, de modo a garantir a estanqueidade do sistema; Entrada dos cabos deve ser protegida por bujões ou prensa cabos; Possuir lubrificação permanente em banho de graxa ou óleo; Possuir proteção contra inversão ou falta de fase e sensor térmico no motor; As furações de entrada dos cabos, deverão ser fornecidas com no mínimo duas entradas com rosas de NPT de ½", ¾" ou 1" ou M20 e M25 com rosca métrica; Deverá ser acoplado através de flange dimensionada conforme tamanho e dimensão dos furos e do eixo; Deverá ser entregue já montado e configurado conforme as necessidades do sistema.</p>		
21	11090	607531	<p>Válvula borboleta bi excêntrica ou tri excêntrica, furação de acordo com a norma NBR 7675, norma de construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto;; classe de vedação estanque e bi direcional; corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi excêntrico ou tri excêntrico fabricado em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo ser cônicos com trava, sede de vedação em Buna-N ou superior no disco; haste (eixos) e parafusos em AISI 420, buchas de bronze auto lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); Tamanho: <b>DN 100mm</b> - PN 10. Acionamento: através de <b>Atuador elétrico</b> - Tensão de alimentação <u>24 VCC</u>; Tipo 1/4 de volta ou com redutor 1/4 de volta e atuador multi-voltas; Dimensionado conforme torque de acionamento da válvula; Controle, medição e indicação da posição do atuador durante o seu funcionamento com uso de potenciômetro ou tecnologia superior; Os atuadores devem possuir indicador mecânico de posição com visor de vidro temperado instalado na tampa da Caixa de Controle, composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada. Controle, medição e indicação de torque com o uso de célula de carga ou tecnologia superior; Controle de funcionamento do atuador no modo local (comando de abertura e fechamento no próprio atuador) e remoto (comando via rede em protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485); O atuador deverá ser fornecido SEM a placa de acionamento por I/O Digital e/ou analógica; Display para leitura da posição e torque da válvula e de informações de alarmes, fornecido com tampa de proteção contra intempéries e indicação local</p>	02	Un.

				e remota; O atuador deve ter um display de OLED gráfico com resolução de no mínimo 128 x 64. Possibilitando leitura digital da posição da válvula em incrementos de 1 % e a o status do atuador e alarmes. O display deve ser configurado em português; Ser dotado de sistema que não permita a movimentação da válvula sem o comando do atuador; Possuir volante de emergência para abertura e fechamento manual da válvula com desacoplamento automático em caso de acionamento do motor; Possuir placa de comunicação para protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485 (dois fios); Grau de proteção IP 68, a contratada deverá apresentar certificado de grau de proteção emitido por organismo certificador de produto (OCP) ou laboratório acreditado pelo INMETRO.; Possuir sistema de botoeiras de comando magnéticas não intrusivas ou sistema equivalente, de modo a garantir a estanqueidade do sistema; Entrada dos cabos deve ser protegida por bujões ou prensa cabos; Possuir lubrificação permanente em banho de graxa ou óleo; Possuir proteção contra inversão ou falta de fase e sensor térmico no motor; As furações de entrada dos cabos, deverão ser fornecidas com no mínimo duas entradas com rosas de NPT de ½", ¾" ou 1" ou M20 e M25 com rosca métrica; Deverá ser acoplado através de flange dimensionada conforme tamanho e dimensão dos furos e do eixo; Deverá ser entregue já montado e configurado conforme as necessidades do sistema.		
04	22	11048	257125	Válvula de retenção em PVC com esfera, vedação em PTFE, anéis em Viton, DN 1/2"	20	Un.
	23	8111	257125	Válvula de retenção com esfera; material da válvula: PVC; material de vedação: EPDM; pressão nominal de trabalho: 16 kgf/cm² (a 25°C); DN 20mm; rosca: 3/4" BSP; fêmea x fêmea.	20	Un.
	24	12120	257125	Válvula de retenção 3/4", retorno por mola com rosca do tipo NPT com vedação do tipo EPDM/VITON e assentos em PTFE, para condução de líquido corrosivo, do tipo cloreto férrico, com concentração de 38% em temperatura ambiente. O material deverá obedecer aos requisitos da norma ASTM D 1784 e norma ASTM D 1785. Os requisitos são atendidos pelas conexões de CPVC SCHUDELE 80.	10	Un.
	25	4381	272676	Válvula de retenção com esfera - material da válvula: PVC - material de vedação: EPDM - Pressão nominal de trabalho: 16 kgf/cm² (a 25°C) - DN 25 - Rosca: 1" BSP - Fêmea x Fêmea; Tipo válvula de retenção Georg Fischer TYP 360 ou equivalente.	20	Un.
	26	12119	272676	Válvula de retenção 1", retorno por mola com rosca do tipo NPT com vedação do tipo EPDM/VITON e assentos em PTFE, para condução de líquido corrosivo, do tipo cloreto férrico, com concentração de 38% em temperatura ambiente. O material deverá obedecer aos requisitos da norma ASTM D 1784 e norma ASTM D 1785. Os requisitos são atendidos pelas conexões de CPVC SCHUDELE 80.	20	Un.
	27	10901	471838	Motobomba centrífuga multiestágio, vertical em linha (sucção e recalque horizontais). Dados da bomba: Base e intermediário em ferro fundido, flangeada com furação compatível a norma NBR 7675, eixo da bomba em aço 1045 ou inox, bombeador (camisa, rotores e difusores) em aço inox AISI 304, acoplamento em ferro fundido ou inox, vedação por selo mecânico em inox 316 e/ou carbeto de silício e EPDM. Cada bomba deve ser fornecida com um kit de manutenção contendo no mínimo: 1 (um) bombeador completo, 2 (dois) kits de orings, 1 (um) acoplamento, 2 (dois) selos, 1 (um) jogo	02	Un.

				de parafusos completos; Dados do motor: trifásico 380v, IR3 ou superior, carcaça em ferro fundido, IP55 ou superior, FS mínimo de 1,15, isolamento mínima classe F, acionado por inversor de frequência. Dados do sistema: 90mca e 45m³/h em um ponto abaixo dos 60hz.		
	28	13764	469367	Joelho 90° com rosca metálica macho de polipropileno copolímero Random, para condução de ar comprimido na cor AZUL, de acordo com a norma ABNT NBR 15813; deve possuir temperatura até 70° e pressões de 20 bar PN20; DN 32mm x 1"	05	Un.

1.1.1. O produto deverá apresentar as características técnicas abaixo listadas:

- I. Para os itens dos grupos 1 e 3, além de atender aos valores de referência citados, o produto ofertado não deve atribuir à água potável características inadequadas, em teores que estejam em desacordo aos limites estabelecidos pelo Padrão de Potabilidade da Água para Consumo Humano, Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 05/2017 do Ministério da Saúde, alterado pela Portaria 888, de 04 de maio de 2021.
- II. Segue justificativa para o não desmembramento do item 27: Não é possível realizar o desmembramento do item 27, Motobomba centrífuga, pois há a necessidade de se preservar a integridade qualitativa do objeto, executando-o de forma adequada, visto que o fornecimento inclui a intercambialidade das peças de reposição e trabalham no mesmo ponto de operação, uma vez que fornecidas por diferentes contratados poderão implicar a não padronização dos bens, bem como em dificuldades em controle de pressão e vazão e, até mesmo, aumento de custo, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo neste item. Soma-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência. Além disso, cita-se:
  - Aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.
  - Vantagem técnica e econômica, conforme previsto pela Lei N° 14.133, de 1° de abril de 2021, Art. 40: "O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
    - o atendimento aos princípios:
      - a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
      - b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
      - c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento."
  - O agrupamento dos quantitativos normalmente reduz o valor total.
  - Redução dos custos logísticos, resultando na diminuição do não atendimento das necessidades da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção de medidas sancionatórias.
  - Redução de preços devido ao maior volume de negócios, e diminuindo as chances de desinteresse dos licitantes por itens de baixo valor ou baixo quantitativo.
  - Ademais, para este item, as 2 unidades solicitadas possuem peças de reposições para futuras manutenções. Assim, o preço orçado se refere a uma quantidade específica

dessas peças de reposições.

1.1.2. Justificativa para agrupamento: Com base nos estudos técnicos realizados, opta-se pelo agrupamento dos itens a serem contratados, ainda que o objeto seja tecnicamente divisível, uma vez que tal medida não acarreta prejuízo à solução como um todo, tampouco implica perda de economicidade ou restrição à competitividade do certame.

Ao contrário, o agrupamento de itens em conjuntos homogêneos de equipamentos possibilita o fornecimento de componentes provenientes de mesmo lote e com cronograma de entrega unificado, fator que contribui para a padronização dos materiais e para a compatibilidade técnica entre os itens a serem instalados.

A uniformização das entregas mostra-se necessária em razão da interdependência entre os componentes que compõem a Estação de Bombeamento, considerando que a montagem hidráulica, elétrica e mecânica dos equipamentos ocorre de forma integrada. A entrega simultânea dos itens reduz riscos de incompatibilidade, retrabalho, atrasos na execução e custos adicionais de armazenamento ou mobilização de equipes.

Ressalta-se que a adoção do agrupamento não compromete a ampla participação de licitantes, permanecendo assegurados os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os dispositivos e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

1.2. Número do processo administrativo no PROA/SISTEMA SAMAe: PROA nº 26/8070-0000488-0.

1.3. Detalhamento da aquisição

Item/Grupo	Justificativa Detalhada da Aquisição	Substituição Reposição Incremento	Local Efetivo de Uso
01	Peças adquiridas para a construção da nova EBAT Apanhador	Incremento	EBAT Apanhador
02	Material elétrico adquirido para a instalação do bombeamento da nova EBAT Apanhador	Incremento	EBAT Apanhador
03	Válvulas que ficarão de reservas em caso de problemas das já instaladas, ou novas instalações	Incremento	CR Galópolis e Samuara, RSV Vila Seca e Santa Lúcia do Piaí
27	Motobombas adquiridas para instalação na nova EBAT que visa atender a demanda do Presídio do Apanhador	Incremento	EBAT Apanhador
28	Peças para instalação de rede de ar comprimido das novas instalações da GME	Incremento	Nova Gerência de Manutenção Eletromecânica

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações

usuais de mercado.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do instrumento contratual ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.7. A minuta de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência de Planejamento e Obras formalizou a demanda da necessidade de implantação de uma Estação de Bombeamento de Água Tratada (EBAT), destinada a atender às condições operacionais de pressão e vazão requeridas pelo sistema de abastecimento, com vistas à garantia da continuidade, regularidade e segurança do serviço público essencial de fornecimento de água à população.

A demanda decorre da inexistência, no parque de equipamentos da autarquia, de conjuntos motobomba capazes de operar nos patamares hidráulicos exigidos, uma vez que o sistema projetado requer equipamentos de maior porte e robustez, compatíveis com elevadas pressões manométricas e vazões significativas. O levantamento técnico realizado demonstrou que os equipamentos disponíveis não apresentam capacidade operacional adequada para a aplicação pretendida. Adicionalmente, a adoção de motobombas com características superiores implica na necessidade de equipamentos elétricos compatíveis, incluindo painéis de comando, proteção, acionamento e controle, indispensáveis para garantir a operação segura, eficiente e em conformidade com as normas técnicas e regulamentares vigentes.

No que se refere à infraestrutura hidráulica, a estação de bombeamento estará associada a uma adutora classificada como PN 16, exigindo a utilização de componentes hidráulicos específicos, dimensionados para suportar as pressões de operação previstas. Constatou-se que os materiais hidráulicos atualmente disponíveis são insuficientes e tecnicamente incompatíveis com os requisitos do sistema.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de aquisição de novos conjuntos motobomba, bem como dos respectivos equipamentos elétricos e hidráulicos associados, devidamente dimensionados para atender às condições de projeto da Estação de Bombeamento de Água Tratada, também, pela similaridade da aquisição, optou-se por incluir os demais materiais hidráulicos não adquiridos em licitação anterior, assegurando a confiabilidade operacional, a integridade dos ativos e a continuidade do serviço público de abastecimento de água, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:



- I. ID PCA no PNCP: 88659313000105-0-000001/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 17 de abril de 2025
- III. Id do item no PCA: 38 e 43.
- IV. Classe/Grupo: 113 (MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS) e 147 (MATERIAIS HIDRÁULICOS).

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os equipamentos e conexões a serem adquiridos são essenciais para a implementação de novos sistemas de bombeamento pela Gerência de Manutenção Eletromecânica. As soluções escolhidas destacam-se pelo uso consolidado em companhias de saneamento, em diversas indústrias e inclusive na SAMAE Caxias do Sul. A tecnologia aplicada já faz parte do escopo de trabalho da equipe da Gerência de Manutenção Eletromecânica.

Os resultados esperados incluem o pleno funcionamento dos novos equipamentos, atendimento pleno à demanda de água tratada para a área a ser atendida, de modo que os equipamentos estarão disponíveis e monitorados em tempo real.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Subcontratação

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.2. Participação de Consórcios

4.2.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela Contratada.

4.2.2. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando as circunstâncias do mercado e/ou complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Desta forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliaria o universo de licitantes, pois possibilitaria a junção de duas ou mais empresas para a realização de determinado objeto. Com relação à presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda da Autarquia, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuem em todo o território nacional, possuindo condições suficientes para a execução de objetos desta natureza, o que não tornará o certame restrito a um pequeno número de interessadas. Assim, considerando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.



#### 4.3. Garantia da contratação

4.3.1. A minuta de contrato, quando aplicável, detalhará as regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.4. Sustentabilidade

4.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

#### 4.5. Da exigência de apresentação de catálogos técnicos

4.5.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogos técnicos, em data, local/forma e horário divulgados por mensagem no sistema.

4.5.2. Serão exigidos catálogos dos seguintes itens:

- I. Itens 1, 13, 14 e 15 do Grupo 1;
- II. Todos os itens do Grupo 2;
- III. Todos os itens do Grupo 3;
- IV. Item 27.

4.5.3. Os catálogos técnicos, prospectos ou folhetos deverão:

- I. ser, preferencialmente, coloridos;
- II. estar, preferencialmente, em língua portuguesa ou traduzidos para a língua portuguesa;
- III. conter a logomarca do fabricante, o corte esquemático ou a indicação de suas principais partes e a foto dos produtos;
- IV. apresentar a descrição das características técnicas dos produtos, comprovando o atendimento do constante no Termo de Referência – Anexo I.
- V. conter, em especial:
  - a) comprovação do atendimento as características solicitadas;
  - b) Para o item 27, as curvas que comprovam o desempenho e o ponto de operação da bomba.

4.5.3.1. Serão aceitas fichas técnicas de produtos, quando forem em complemento às informações contidas nos catálogos técnicos ou prospectos.

4.5.3.2. Não serão considerados desenhos técnicos para efeito de atendimento a este subitem. Desenhos técnicos deverão fazer parte dos catálogos, se for o caso.

4.5.4. Serão aceitos catálogos técnicos ou prospectos em formato pdf, bem como o link do catálogo no site do fabricante.

4.5.5. Em alguns casos, o SAMAE opta por indicar marcas e modelos de referência para facilitar a elaboração das propostas.

4.5.5.1. Quando houver a indicação de marcas e modelos de referência, por parte do SAMAE, a licitante não é obrigada a ofertar material ou equipamento de mesma marca e/ou modelo; no entanto, a oferta deverá ser de material/equipamento que atenda às características exigidas tanto quanto os indicados.

4.5.5.2. Caso a licitante opte por ofertar material ou equipamento da mesma marca e modelo, quando sugeridos pelo SAMAE como referência, em cada item, ficará dispensada da apresentação dos catálogos técnicos ou prospectos desses itens.

4.5.5.3. Se, na data da abertura da licitação, o fabricante da marca sugerida pelo SAMAE tiver alterado o código/referência e/ou linha do modelo informado, divergindo do mencionado no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, ou, se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que sejam apresentados catálogos técnicos ou prospectos do modelo que o substituiu, em que se possa comprovar que as características técnicas sejam iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

4.6. Da Inspeção e dos Testes dos Materiais Hidráulicos dos Grupos 1, 3 e item 27:

- I. todos os materiais ofertados deverão atender às normas, especificações e métodos de ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Os materiais ofertados **deverão ser entregues acompanhados de Laudo de Inspeção e Testes**, realizados por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da Contratada;
- II. o prazo de entrega deverá incluir o tempo necessário para realização dos testes e inspeção, não sendo admitido atraso na entrega em função de eventuais reprovações de materiais;
- III. deverá(ão) ser apresentado(s), obrigatoriamente, o(s) Relatório(s) de Inspeção dos materiais e equipamentos, emitido(s) pelo Laboratório contratado, sob pena de não recebimento. Do relatório deverá constar a interpretação dos resultados obtidos nos ensaios, relativos aos parâmetros de normas e especificações exigidas, além de termo conclusivo. O laudo de inspeção deverá indicar o lote, a data de fabricação, o destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos, conforme as normas da ABNT e/ou constantes das especificações. Os materiais deverão ser identificados com o carimbo ou selo de aprovação do laboratório responsável pela inspeção;
- IV. a apresentação do laudo de inspeção do material e equipamento fornecido não impede que o SAMAE, a seu critério e a suas expensas, contrate nova realização de testes a serem executados por outro laboratório. Em caso de reprovação do material, as despesas com a inspeção e realização dos novos testes serão por conta da Contratada. Esse material será devolvido e a Contratada deverá entregar novo lote atendendo às normas, sob pena da aplicação das penalidades previstas;

- V. essas condições se aplicam nos casos em que não há acompanhamento da inspeção. Nos casos em que a inspeção deva ser acompanhada por técnico do SAMAЕ ou por outro técnico indicado pela Autarquia, a Contratada deverá comunicar ao SAMAЕ, com 15 (quinze) dias de antecedência, que os materiais se encontram à disposição para inspeção, para que o SAMAЕ defina pelo acompanhamento ou não. Todas as despesas decorrentes de tal deslocamento serão por conta do SAMAЕ;
- VI. a Contratada deverá substituir os materiais reprovados nos ensaios, sendo que os substitutos deverão se sujeitar às mesmas condições de controle anteriormente mencionadas;
- VII. em caso de atraso na entrega do material, por problemas de inspeção técnica, cuja causa seja de responsabilidade da Contratada, este tempo será levado em conta para aplicação de multas e/ou penalidades previstas;
- VIII. a critério exclusivo e dependendo da quantidade de material a ser fornecido, o SAMAЕ poderá dispensar a inspeção e os testes do material;
- IX. após a entrega dos produtos e a critério exclusivo, o SAMAЕ poderá encaminhar os materiais para inspeção em laboratório nacional, de sua indicação, sendo que, constatadas irregularidades e caracterizada fraude nos laudos apresentados pela Contratada/fabricante, além das penalidades cabíveis e da devolução do material entregue, caberá, também, à Contratada o pagamento dos custos da referida inspeção contratada pelo SAMAЕ, e
- X. produtos importados não estão dispensados de apresentação do Laudo de Inspeção e Testes; entretanto, deverão estar acompanhados de código de rastreabilidade, bem como certificados de qualidade emitidos pelo fabricante. A critério do SAMAЕ, a Autarquia poderá encaminhar peças para inspeção em laboratório nacional, de sua indicação, após a entrega dos produtos pela Contratada, sendo que, constatadas irregularidades e caracterizada a fraude nos documentos apresentados pelo fabricante, além das penalidades cabíveis e da devolução do material entregue, caberá, também, à Contratada o pagamento dos custos da referida inspeção contratada pelo SAMAЕ.
- XI. Para o item 27, os testes hidrostáticos e de performance devem seguir conforme ISO9906. TESTE HIDROSTÁTICO: A bomba deverá ser submetida a testes hidrostáticos de 1,5 vezes a pressão de SHUT-OFF ou de 2,0 vezes a pressão de trabalho, durante pelo menos 05 (cinco) minutos; TESTE DE PERFORMANCE: Deverão ser levantados 06 (seis) pontos da curva sendo um de SHUT-OFF, outro de trabalho e os demais, dois abaixo e dois acima do ponto de operação especificado. Durante este teste os seguintes itens deverão ser levantados: Vazão, Pressão e Rendimento da bomba no ponto de trabalho. Com base nestes dados acima, deverão ser elaboradas as seguintes curvas: Q x Hm, Curva de Potência (entrada) e curva de rendimento da Bomba.

4.6.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, a licitante vencedora deverá indicar, após solicitação do agente de contratações/pregoeiro, o(s) laboratório(s) escolhido(s) para a realização dos testes, podendo, o SAMAЕ, aceitar ou rejeitar a indicação, mediante justificativa. Neste caso, o SAMAЕ apresentará outro laboratório para a realização da inspeção e testes.

4.6.1.1. Não serão aceitas, como indicação de laboratório, a fabricante dos materiais



ou a licitante vencedora.

4.7. Conforme exigência da Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, para aquisição de materiais hidráulicos para abastecimento de água, tais como tubos, conexões e válvulas, será exigida a comprovação de que os materiais utilizados na produção, armazenamento e distribuição não alteram a qualidade da água e não oferecem risco à saúde, segundo critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO. Assim, tal comprovação deverá ser efetuada por um dos seguintes documentos, na entrega dos materiais:

- I. no Laudo de Inspeção, conforme subitem anterior, deve ser acrescentada a informação solicitada pela Portaria, comprovando a adequação dos materiais;
- II. certificação dos materiais por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO, indicando que esses não alteram a qualidade da água e não oferecem risco à saúde.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de entrega e critérios de aceitação

5.1.1. O prazo de entrega é de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do instrumento contratual.

5.1.2. O não cumprimento dos prazos de entrega, sem a correspondente autorização para a ampliação de prazo, poderá acarretar a anulação da Nota de Empenho/Rescisão Contratual, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação da licitante subsequente.

5.1.2.1. Em caso fortuito e justificável, a Contratada que não puder realizar a entrega no prazo acima estipulado, deverá protocolar o pedido de prorrogação de prazo, antes de findada a data limite, acompanhado de comprovação motivacional para a prorrogação.

5.1.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo poderá ser concedida, a critério da Autarquia.

5.1.3. O local da entrega dos bens será na Gerência de Manutenção Eletromecânica do SAMAE, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes Caxias do Sul – RS, CEP 95052-500, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. Caso a Contratada queira agendar a entrega, deverá entrar em contato com a Gerência de Manutenção Eletromecânica pelo e-mail [fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br](mailto:fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 3220-8600, ramal 426.

5.1.3.1. Além da entrega no local designado pelo SAMAE, a Contratada deverá, também, descarregar e armazenar o objeto no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

5.1.3.2. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

5.1.3.3. O objeto deverá estar segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

5.1.4. No momento da entrega, não será aceito material/equipamento de fabricante/marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora/Nota de Empenho/Contrato, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:

- I. o pedido de substituição de fabricante/marca/modelo deverá ser protocolado no SAMAE, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar o(a) fabricante/marca/modelo previamente informada, bem como a indicação do(a) novo(a) fabricante/marca/modelo;
- II. o(a) novo(a) fabricante/marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências deste Instrumento;
- III. o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de fabricante/marca/modelo.

5.1.5. Deverá(ão) acompanhar a entrega:

- I. Documentos exigidos no subitem 4.6 para os itens elegíveis.

5.1.6. Os produtos deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de



providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

6.6. Competirá à Contratante:

- I. receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;
- II. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Instrumento e da proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s);
- V. efetuar o pagamento no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- VI. o SAMAe não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- VII. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada;

6.7. Competirá à Contratada:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra



- especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
  - V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAE, inerentes ao objeto da presente contratação;
  - VI. informar ao SAMAE, durante o período da contratação, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
  - VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - VIII. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações;
  - IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal com a execução do objeto;
  - X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
  - XI. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos; em não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Contratante;
  - XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  - XIII. indenizar terceiros e ao SAMAE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
  - XIV. informar ao SAMAE, por escrito, quando for constatada a impossibilidade de execução do objeto;
  - XV. proceder à entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, validade e prazo de garantia, no que couber, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - XVI. entregar, quando for o caso, juntamente com os itens, manual do usuário, com uma versão em português, e relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - XVII. prestar informações sobre a utilização do objeto;
  - XVIII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
  - XIX. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
  - XX. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público



que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento do objeto

#### 7.1.1. Os bens serão recebidos:

- I. provisoriamente, *no ato* da entrega, juntamente com a nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial;
- II. definitivamente, pela fiscalização do contrato, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.1.1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial.

7.1.3. A Contratada se obriga a efetuar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação, a substituição de material rejeitado, independentemente da quantidade rejeitada, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, à aplicação das penalidades previstas.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.7. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

## 7.2. Liquidação

7.2.1. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1.1. A nota fiscal deverá ser entregue na Gerência de Suprimentos, acompanhada do respectivo bem.

7.2.1.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail [fiscalizacao@samaecaxias.com.br](mailto:fiscalizacao@samaecaxias.com.br) e [contabilidade@samaecaxias.com.br](mailto:contabilidade@samaecaxias.com.br).

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.2.3. Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

7.2.3.1. Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.2.3.2. A qualquer tempo o SAMAÉ poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

7.2.3.3. A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

## 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 15º (décimo quinto) dia útil. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o

pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

7.3.2. A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

7.3.3. No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

7.4.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA LICITANTE

### 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### 8.2 Exigências de habilitação

8.1.2. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

- I. **Habilitação jurídica** (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
  - a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada**

como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis em que opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade Anônima:** estatuto em vigor, devidamente registrado, e documento de eleição de seus administradores;

II. **Habilitação fiscal, social e trabalhista** (os documentos apresentados deverão estar em vigor na data de abertura do certame):

a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**;

a) prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;

b) prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei de regularidade;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, e

e) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa.

III. **Qualificação econômico-financeira**

a) **certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame (entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento);

b) **Balanco Patrimonial E Demonstrativo do Resultado do Exercício**, relativos aos **dois últimos exercícios sociais**, juntamente com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, exigíveis na forma da lei, devendo ser **cópia do Livro Diário** devidamente registrado no órgão competente (**Junta Comercial, no caso de sociedade empresária e Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade simples**), assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante legal da licitante.



As assinaturas deverão estar devidamente identificadas. Os documentos contábeis gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão estar acompanhados de recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme Decreto Federal n.º 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, bem como obedecidas as regras para assinatura.

- 1) a apresentação pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverá obedecer aos mesmos critérios de apresentação, ou seja, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, relativos aos dois últimos exercícios sociais, juntamente com os respectivos termos de abertura e de encerramento, bem como dos recibos de entrega;
- 2) as empresas constituídas sob a forma de Sociedade Anônima poderão apresentar as demonstrações contábeis publicadas no Diário Oficial, em conformidade com o local em que esteja situada a sede da companhia, ou em jornal de grande circulação e ata da Assembleia Geral que as aprovou; no entanto, não ficam dispensadas da apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diário, devidamente registrados no órgão competente;
- 3) a apresentação dos Balanços Patrimoniais e dos Demonstrativos de Resultado dos Exercícios é imprescindível para a análise da boa situação financeira da licitante, que será efetuada com base nos indicadores a seguir relacionados para cada exercício:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0 \quad LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC} \geq 1,0 \quad SG = \frac{AT}{PC + PNC} \geq 1,5$$

Em que:

AC	Ativo Circulante
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AT	Ativo Total
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante
SG	Solvência Geral

- 4) a licitante, para cada exercício financeiro, que apresentar, **no mínimo, dois dos três indicadores**, iguais ou superiores aos estabelecidos anteriormente ( $LC \geq 1$ ,  $LG \geq 1,0$ ,  $SG \geq 1,5$ ) estará habilitada neste quesito;
- 5) caso a licitante não apresente, no mínimo, para cada exercício analisado, dois dos três indicadores exigidos, conforme estipulado anteriormente, será exigida qualificação econômico-financeira, referente ao último exercício, **igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente**, a ser comprovada **por uma** das seguintes formas:
  - i. **comprovação do capital social da empresa**; no caso de o capital social ser registrado no corrente exercício, anexar contrato social ou certidão simplificada expedida pelo órgão competente; ou
  - ii. **comprovação de patrimônio líquido**, extraído do Balanço Patrimonial do último exercício social, transcrito do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente ou publicação no Diário Oficial ou jornal de grande circulação;



- iii. a licitante que apresentar qualificação econômico-financeira, em **um** dos itens acima, estará habilitada neste quesito;
- iv. o SAMAe efetuará análise da situação econômico-financeira por profissional da área contábil;
- v. a licitante que apresentar Patrimônio Líquido negativo, no último exercício, será inabilitada.

Observações em relação à qualificação econômico-financeira:

- 1) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; a qualificação econômico-financeira dar-se-á através do Patrimônio Líquido ou do Capital Social, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente;
- 2) o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

#### IV. **Qualificação técnica**

- a) atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido bens equivalentes ao objeto da licitação, conforme natureza dos itens/grupos em que se sagrar vencedora (materiais hidráulicos e/ou válvulas e/ou conexões hidráulicas, ou materiais elétricos no grupo 2); os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca, nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.
  - 1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
  - 2) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor estimado da contratação é o divulgado no sistema de compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 9.2. Serão considerados, para efeito de aceitação da proposta:
  - I. o **Preço Máximo Unitário** aceitável para cada item, será o valor unitário divulgado no sistema de compras do Governo Federal;
  - II. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado e divulgado conforme acima.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da consecução do objeto apresentado neste Termo de



Referência correrão por conta da dotação orçamentária consignada, no presente exercício, sob a classificação constante da respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, e, do próximo, a consignar, se necessário.

Caxias do Sul, 20 de fevereiro de 2026.

**Rodrigo Silva da Silva**, Chefe  
da Seção de Manutenção  
Mecânica.

**Ronaldo Damasceno  
Emerich**, Gerente de  
Manutenção  
Eletromecânica.

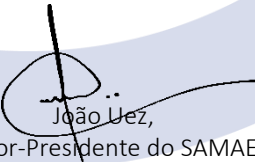
**Eng. Cassiano Zeni Vargas**,  
Superintendente de Serviços  
Abastecimento de Água

#### MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Considerando-se os elementos constantes deste Termo de Referência, determino:

- ☒ a continuidade do processo, com a elaboração do respectivo Edital de Licitação;
- ☐ a continuidade do processo, através de Dispensa de Licitação (art. 75, incisos I e/ou II da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a dispensa pretendida (demais incisos do art. 75 da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a inexigibilidade pretendida (art. 74 da NLLCA);
- ☐ a revisão das informações apresentadas, para posterior reanálise.

Caxias do Sul, 25 de fevereiro de 2026.



João Uez,  
Diretor-Presidente do SAMAE.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2026

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Identificação do Fornecedor:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Nome do Responsável para contato junto ao SAMAE:

Fone:

E-mail:

GRUPO 01						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
01	3590	603151	Válvula de retenção, de fechamento rápido, DN 100mm (4"), PN 16 (conforme NBR 7675), tipo WAFER, para um tempo de fechamento de 0,01 a 0,1 segundos; mola em aço inox AISI 302 ou de qualidade superior; curso máximo do obturador de 1/8 do valor do DN (este curso deve ser limitado mecanicamente pelo eixo central da válvula, através de um batente); corpo à montante: ASTM 536 Gr 60.40.18, corpo (placa) à jusante: ASTM 536 Gr 60.40.18; ou corpo à montante: ASTM A536 Gr. 65.45.12, corpo (placa) à jusante: ASTM A536 Gr. 65.45.12, com obturador circular em poliuretano (não será aceito obturador de ferro fundido com revestimento de poliuretano) Marca: _____ Modelo: _____	04	Un.	
02	10932	302198	Junta de desmontagem, travada axialmente, com flanges conforme NBR 7675 (ISO 2531), corpo, pistão e contra flange em ferro fundido dúctil, NBR 6916, classe 42012 ou 50007, revestido externa e internamente com epóxi eletrostático, cor azul, com espessura mínima de 250 micra, anel de vedação em borracha (EPDM), tirantes e porcas em aço carbono galvanizado; PN 16; DN 150mm Marca: _____	02	Un.	
03	10931	302197	Junta de desmontagem, travada axialmente, com flanges conforme NBR 7675 (ISO 2531), corpo, pistão e contra flange em ferro fundido dúctil, NBR 6916, classe 42012 ou 50007, revestido externa e internamente com epóxi eletrostático, cor azul, com espessura mínima de 250 micra, anel de vedação em borracha (EPDM), tirantes e porcas em aço carbono galvanizado; PN 16; DN 100mm Marca: _____	04	Un.	
04	13817	471061	Flange cego, de ferro fundido dúctil, com furação, fabricado conforme NBR 7675, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 150mm.	02	Un.	



			Marca:			
05	2231	457623	Redução concêntrica, de ferro fundido dúctil, fabricada conforme NBR 7675, com flanges, revestida interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 100mm x DN 75mm. Marca:	02	Un.	
06	13818	457623	Redução excêntrica, de ferro fundido dúctil, fabricada conforme NBR 7675, com flanges, revestida interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso ou pintura de epóxi a pó; PN 16; DN 100mm x DN 80mm. Marca:	02	Un.	
07	7582	606638	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,50m; PN 16; DN 150mm. Marca:	06	Un.	
08	13819	465407	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,25m; PN 16; DN 150mm. Marca:	06	Un.	
09	13820	465411	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 0,25m; PN 16; DN 100mm. Marca:	06	Un.	
10	13821	606511	Toco, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, com revestimento interno e externo de esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou pintura de epóxi a pó; comprimento 1m; PN 16; DN 150mm. Marca:	02	Un.	
11	3668	237035	Tê, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, revestido interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó; PN 10; DN 100mm. Marca:	10	Un.	
12	2085	603688	Tê, de ferro fundido dúctil, fabricado conforme NBR 7675, com flanges, revestido interna e externamente com esmalte betuminoso anticorrosivo, aderente e não pegajoso, ou com pintura epóxi a pó; PN 10; DN 150mm. Marca:	10	Un.	
13	13736	454892	Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica tipo wafer, construção de acordo com a norma NBR 15768; face a face conforme norma NBR ISO 5752 série 20, classe 150; classe de vedação estanque (classe 4); corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; sede de vedação em Buna-N ou superior; haste (eixos) AISI 304 ou superior; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze auto-lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-	10	Un.	

			2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); válvula deve ser montada entre flanges com gabarito de furação de acordo com a norma NBR 7675 - PN 10. Tamanho: <b>DN 50mm</b> . Acionamento: através de mecanismo de redução e volante. Marca: Modelo:			
14	11090	607531	Válvula borboleta bi excêntrica ou tri excêntrica, furação de acordo com a norma NBR 7675, norma de construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto;; classe de vedação estanque e bi direcional; corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi excêntrico ou tri excêntrico fabricado em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo ser cônicos com trava, sede de vedação em Buna-N ou superior no disco; haste (eixos) e parafusos em AISI 420, buchas de bronze auto lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); Tamanho: <b>DN 100mm</b> - PN 10. Acionamento: através de mecanismo de redução e volante Marca: Modelo:	10	Un.	
15	13727	610958	Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica, com flanges, de acordo com a norma NBR 7675, construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto; classe de vedação estanque; corpo monobloco em ferro fundido nodular, conforme NBR 6916 ou ASTM A536 Gr. 65-45-12; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; sede de vedação no disco em borracha sintética (Buna-N) ou poliuretano; haste (eixos) em AISI 420; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze; vedação do eixo em anel oring "O"; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009, exigindo corpo de prova apenas retirado na presença do inspetor; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; PN 10; <b>DN 150mm</b> Marca: Modelo:	04	Un.	
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...</b>						

Obs.: Apresentar catálogos para os itens 1, 13, 14 e 15, conforme item 4.5. do Termo de Referência Anexo I.  
Indicar Laboratório para Inspeção e Testes, conforme item 4.6. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 02						
ITEM	CÓD. SAMAÉ	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
16	10358	485232	Inversor de frequência para acionamento de motores de dois ou quatro pólos (utilizados em bombas centrifugas),	02	Un.	

			potência mínima de 30 kW (trinta quilowatts) e corrente de saída mínima de 58 A (cinquenta e um Ampere), tensão de alimentação trifásica de 380 Vca, saída de 380 Vca, com no mínimo 4 entradas digitais, com no mínimo 3 saídas a relé, com no mínimo 2 saídas analógicas do tipo 0 à 10 Vcc e/ou 4 à 20 mA, com no mínimo 1 entrada analógica do tipo 0 à 10 Vcc e 1 entrada analógica do tipo 4 à 20 mA. Deve acompanhar IHM ou painel de operação básico para programação com display e teclas de acesso. Deve possuir porta de comunicação serial padrão RS485 e protocolo ModBUS incorporado ou por placa sobressalente juntamente fornecida. Deve possuir sistema de controle PID. Deve possuir saída de 0 à 10 Vcc para alimentação de potenciômetro como referência. Deve possuir no mínimo as seguintes proteções: sobrecarga, falta a terra e sobre temperatura, rendimento típico de no mínimo 97 (noventa e sete) por cento, deve possuir fonte disponível com tensão de saída de 24 Vcc (vinte e quatro volts de corrente contínua) com capacidade de 500 mA (quinhentos mili ampere). As especificações são atendidas pelo modelo CFW110058T40Z + RS485-01 da marca WEG ou equivalente. Marca: Modelo:			
17	12723	441660	Cabo de cobre flexível, antichama, com isolamento em HPER para no mínimo 90 graus Celsius e isolamento de no mínimo 0,6/1 Kv (seiscentos até um mil volts), têmpera mole, encordoamento no mínimo classe 4 (quatro), não halogenado com baixa emissão de fumaça, conforme a NBR 5410, NBR 7286 e NBR 13248, aprovados pelo INMETRO, deve atender a NBR NM 247-3, na seção 25 mm <sup>2</sup> , de cor preta; Marca: Modelo:	200	m.	
18	3655	478420	Contator de potência tripolar, tensão de bobina 220 Vca (duzentos e vinte volts corrente alternada), 60 Hz (sessenta hertz), indicação superior dos contatos e bobina, com parafusos para o aperto das conexões, encaixe para trilho DIN 35, tensão máxima de 600 Vca (seiscentos volts de corrente alternada), corrente nominal de trabalho de 65 A (sessenta e cinco ampere), tensão nominal de isolamento de no mínimo 690 Vca (seiscentos e noventa volts corrente alternada), durabilidade mecânica de no mínimo 6 (seis) milhões de ciclos, durabilidade elétrica de no mínimo 1,4 (um vírgula quatro) milhões de ciclos, 1NA + 1NF (um contato auxiliar normal aberto mais um normal fechado) incorporados. As especificações são atendidas pelo modelo LC1D65AM7 da marca Schneider Electric ou equivalente. Marca: Modelo:	06	Un.	
19	12123	338989	Fusível tipo NH ultrarrápido, corrente nominal 160 A (cento e sessenta ampere), classe aR, tamanho 00, tensão nominal 690 Vca (seiscentos e noventa volts corrente alternada). As especificações são atendidas pelo modelo FNH00-160K-A da marca Weg ou equivalente. Marca: Modelo:	20	Un.	
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...</b>						

Obs.: Apresentar catálogos para todos os itens do Grupo 2, conforme item 4.5. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 03						
ITEM	CÓD.	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR





	SAMAE				UNIT.
20	12101	618280	<p>Válvula borboleta bi-excêntrica ou tri-excêntrica, tipo wafer, construção de acordo com a norma NBR 15768; face a face conforme norma NBR ISO 5752 série 20, classe 150; classe de vedação estanque (classe 4); corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi-excêntrico ou tri-excêntrico em aço inoxidável 304 ou superior; pinos de fixação do disco/eixo deverão ser cônicos com trava; vedação no disco em Buna-N ou superior ou vedação embutida no corpo em Buna-N com disco em inox; haste (eixos) AISI 304 ou superior; parafusos tipo Allen em AISI 304 ou superior; buchas de bronze auto-lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura conforme NBR 15768; plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); a válvula e todo o conjunto de acionamento deverão possuir garantia mínima de um ano, após a entrega dos equipamentos, contra qualquer defeito de projeto, fabricação e montagem. Montagem: válvula deve ser montada entre flanges com gabarito de furação de acordo com a norma NBR 7675 - PN 10. Tamanho: DN 100 - PN 10. Acionamento: através de atuador elétrico. <b>Atuador elétrico</b> - Tensão de alimentação <u>24 VCC</u>; Tipo 1/4 de volta ou com redutor 1/4 de volta e atuador multi-voltas; Dimensionado conforme torque de acionamento da válvula; Controle, medição e indicação da posição do atuador durante o seu funcionamento com uso de potenciômetro ou tecnologia superior; Os atuadores devem possuir indicador mecânico de posição com visor de vidro temperado instalado na tampa da Caixa de Controle, composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada. Controle, medição e indicação de torque com o uso de célula de carga ou tecnologia superior; Controle de funcionamento do atuador no modo local (comando de abertura e fechamento no próprio atuador) e remoto (comando via rede em protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485); O atuador deverá ser fornecido SEM a placa de acionamento por I/O Digital e/ou analógica; Display para leitura da posição e torque da válvula e de informações de alarmes, fornecido com tampa de proteção contra intempéries e indicação local e remota; O atuador deve ter um display de OLED gráfico com resolução de no mínimo 128 x 64. Possibilitando leitura digital da posição da válvula em incrementos de 1 % e a o status do atuador e alarmes. O display deve ser configurado em português; Ser dotado de sistema que não permita a movimentação da válvula sem o comando do atuador; Possuir volante de emergência para abertura e fechamento manual da válvula com desacoplamento automático em caso de acionamento do motor; Possuir placa de comunicação para protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485 (dois fios); Grau de proteção IP 68, a contratada deverá apresentar certificado de grau de proteção emitido por organismo certificador de produto (OCP) ou laboratório acreditado pelo INMETRO.; Possuir sistema de botoeiras de comando magnéticas não intrusivas ou sistema equivalente, de modo a garantir a estanqueidade do sistema; Entrada dos cabos deve ser</p>	02	Un.

			<p>protegida por bujões ou prensa cabos; Possuir lubrificação permanente em banho de graxa ou óleo; Possuir proteção contra inversão ou falta de fase e sensor térmico no motor; As furações de entrada dos cabos, deverão ser fornecidas com no mínimo duas entradas com rosca de NPT de ½", ¾" ou 1" ou M20 e M25 com rosca métrica; Deverá ser acoplado através de flange dimensionada conforme tamanho e dimensão dos furos e do eixo; Deverá ser entregue já montado e configurado conforme as necessidades do sistema.</p> <p>Marca: _____ Modelo: _____</p>			
21	11090	607531	<p>Válvula borboleta bi excêntrica ou tri excêntrica, furação de acordo com a norma NBR 7675, norma de construção de acordo com a NBR 15768; face a face conforme norma AWWA C504 corpo curto;; classe de vedação estanque e bi direcional; corpo monobloco em ferro fundido nodular ASTM A536 Gr. 65-45-12 ou superior; disco bi excêntrico ou tri excêntrico fabricado em aço inoxidável ASTM A351 CF8M ou ASTM A743 CF8M; pinos de fixação do disco/eixo ser cônicos com trava, sede de vedação em Buna-N ou superior no disco; haste (eixos) e parafusos em AISI 420, buchas de bronze auto lubrificante; vedação do eixo em anel O; inspeção e testes conforme norma NBR 15768-2009; pintura interna e externa conforme NBR 15768 (revestimento epóxi, com, no mínimo, 150 micras); plaqueta de identificação em aço inoxidável; válvula deve permitir a remoção e manutenção do seu sistema de acionamento sem interrupção do abastecimento (manutenção com a rede em carga); Tamanho: <b>DN 100mm</b> - PN 10. Acionamento: através de <b>Atuador elétrico</b> - Tensão de alimentação <u>24 VCC</u>;; Tipo 1/4 de volta ou com redutor 1/4 de volta e atuador multi-voltas; Dimensionado conforme torque de acionamento da válvula; Controle, medição e indicação da posição do atuador durante o seu funcionamento com uso de potenciômetro ou tecnologia superior; Os atuadores devem possuir indicador mecânico de posição com visor de vidro temperado instalado na tampa da Caixa de Controle, composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada. Controle, medição e indicação de torque com o uso de célula de carga ou tecnologia superior; Controle de funcionamento do atuador no modo local (comando de abertura e fechamento no próprio atuador) e remoto (comando via rede em protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485); O atuador deverá ser fornecido SEM a placa de acionamento por I/O Digital e/ou analógica; Display para leitura da posição e torque da válvula e de informações de alarmes, fornecido com tampa de proteção contra intempéries e indicação local e remota; O atuador deve ter um display de OLED gráfico com resolução de no mínimo 128 x 64. Possibilitando leitura digital da posição da válvula em incrementos de 1 % e a o status do atuador e alarmes. O display deve ser configurado em português; Ser dotado de sistema que não permita a movimentação da válvula sem o comando do atuador; Possuir volante de emergência para abertura e fechamento manual da válvula com desacoplamento automático em caso de acionamento do motor; Possuir placa de comunicação para protocolo ModBUS RTU sobre meio RS-485 (dois fios); Grau de proteção IP 68, a contratada deverá apresentar certificado</p>	02	Un.	

			de grau de proteção emitido por organismo certificador de produto (OCP) ou laboratório acreditado pelo INMETRO.; Possuir sistema de botoeiras de comando magnéticas não intrusivas ou sistema equivalente, de modo a garantir a estanqueidade do sistema; Entrada dos cabos deve ser protegida por bujões ou prensa cabos; Possuir lubrificação permanente em banho de graxa ou óleo; Possuir proteção contra inversão ou falta de fase e sensor térmico no motor; As furações de entrada dos cabos, deverão ser fornecidas com no mínimo duas entradas com rosas de NPT de ½", ¾" ou 1" ou M20 e M25 com rosca métrica; Deverá ser acoplado através de flange dimensionada conforme tamanho e dimensão dos furos e do eixo; Deverá ser entregue já montado e configurado conforme as necessidades do sistema. Marca: _____ Modelo: _____			
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...</b>						

Obs.: Apresentar catálogos para todos os itens do Grupo 3, conforme item 4.5. do Termo de Referência Anexo I.  
Indicar Laboratório para Inspeção e Testes, conforme item 4.6. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 04						
ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
22	11048	257125	Válvula de retenção em PVC com esfera, vedação em PTFE, anéis em Viton, DN 1/2" Marca: _____	20	Un.	
23	8111	257125	Válvula de retenção com esfera; material da válvula: PVC; material de vedação: EPDM; pressão nominal de trabalho: 16 kgf/cm <sup>2</sup> (a 25°C); DN 20mm; rosca: 3/4" BSP; fêmea x fêmea. Marca: _____	20	Un.	
24	12120	257125	Válvula de retenção 3/4", retorno por mola com rosca do tipo NPT com vedação do tipo EPDM/VITON e assentos em PTFE, para condução de líquido corrosivo, do tipo cloreto férrico, com concentração de 38% em temperatura ambiente. O material deverá obedecer aos requisitos da norma ASTM D 1784 e norma ASTM D 1785. Os requisitos são atendidos pelas conexões de CPVC SCHUDELE 80. Marca: _____	10	Un.	
25	4381	272676	Válvula de retenção com esfera - material da válvula: PVC - material de vedação: EPDM - Pressão nominal de trabalho: 16 kgf/cm <sup>2</sup> (a 25°C) - DN 25 - Rosca: 1" BSP - Fêmea x Fêmea; Tipo válvula de retenção Georg Fischer TYP 360 ou equivalente. Marca: _____	20	Un.	
26	12119	272676	Válvula de retenção 1", retorno por mola com rosca do tipo NPT com vedação do tipo EPDM/VITON e assentos em PTFE, para condução de líquido corrosivo, do tipo cloreto férrico, com concentração de 38% em temperatura ambiente. O material deverá obedecer aos requisitos da norma ASTM D 1784 e norma ASTM D 1785. Os requisitos são atendidos pelas conexões de CPVC SCHUDELE 80. Marca: _____	20	Un.	
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...</b>						

ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
------	-------------	--------	-----------	--------	-------	-------------



27	10901	471838	Motobomba centrífuga multiestágio, vertical em linha (sucção e recalque horizontais). Dados da bomba: Base e intermediário em ferro fundido, flangeada com furação compatível a norma NBR 7675, eixo da bomba em aço 1045 ou inox, bombeador (camisa, rotores e difusores) em aço inox AISI 304, acoplamento em ferro fundido ou inox, vedação por selo mecânico em inox 316 e/ou carbetto de sílcio e EPDM. Cada bomba deve ser fornecida com um kit de manutenção contendo no mínimo: 1 (um) bombeador completo, 2 (dois) kits de orings, 1 (um) acoplamento, 2 (dois) selos, 1 (um) jogo de parafusos completos; Dados do motor: trifásico 380v, IR3 ou superior, carcaça em ferro fundido, IP55 ou superior, FS mínimo de 1,15, isolamento mínima classe F, acionado por inversor de frequência. Dados do sistema: 90mca e 45m³/h em um ponto abaixo dos 60hz. Marca: Modelo:	02	Un.	
----	-------	--------	--	----	-----	--

**VALOR TOTAL DO ITEM: R\$ ...**

Obs.: Apresentar catálogos para o item 27, conforme item 4.5. do Termo de Referência Anexo I.  
Indicar Laboratório para Inspeção e Testes, conforme item 4.6. do Termo de Referência Anexo I.

ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
28	13764	469367	Joelho 90° com rosca metálica macho de polipropileno copolímero Random, para condução de ar comprimido na cor AZUL, de acordo com a norma ABNT NBR 15813; deve possuir temperatura até 70° e pressões de 20 bar PN20; DN 32mm x 1" Marca:	05	Un.	

**VALOR TOTAL DO ITEM: R\$ ...**

Identificação do laboratório ou órgão de inspeção, responsável pela realização da inspeção e testes dos materiais hidráulicos (não será aceita como indicação de laboratório para inspeção e testes dos materiais da presente licitação a fabricante dos materiais ou a Licitante). Somente para os Grupos 1 e 3 e para o Item 27:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Contato:

E-mail:

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do representante legal da licitante

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90029/2026

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAЕ, DE CAXIAS DO SUL – RS E \_\_\_\_\_, PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAЕ, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Edson Paulo Theodoro da Rosa, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMAЕ", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, DO AMPARO LEGAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O presente contrato é celebrado à vista do contido no Processo Administrativo n.º 26/8070-0000488-0, que trata do Pregão Eletrônico n.º 90029/2026, Termo de Referência, proposta da Contratada, atendendo à Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e demais legislações pertinentes à matéria, às regras e condições estabelecidas no Edital do respectivo Pregão Eletrônico e aos anexos que o integram; as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o(s) código(s) 03.05 – SSA – 17.512.011.1.162 – 4.4.90.52.30.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011.1.162 – 4.4.90.52.39.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011.2.345 – 3.3.90.30.26.00.00.00; 03.05 – SSA – 17.512.011.2.345 – 3.3.90.30.99.07.00.00, e, do próximo, a consignar.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Aquisição de conjunto motobomba, equipamentos hidráulicos e equipamentos elétricos para a construção da futura EBAT Apanhador, válvulas de controle de nível e demais itens de material hidráulico, conforme Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

Parágrafo único. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo,

conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022, estando classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital e especificações usuais de mercado.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O SAMAe pagará à Contratada o valor correspondente a R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) pela execução do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

GRUPO						
ITEM	CÓD. SAMAe	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.

...

ITEM	CÓD. SAMAe	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
------	------------	--------	-----------	--------	-------	-------------

...

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte Contratada.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, nele estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, custo com deslocamento do(s) técnico(s), transporte de todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a contratação.

§ 3º A Contratada é responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

§ 4º A inadimplência da Contratada com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao SAMAe a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar e/ou restringir a regularização e o uso do objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

§ 1º A execução do objeto deverá obedecer fielmente às especificações constantes do Edital da Licitação e em seus anexos, às normas da ABNT, quando aplicáveis, a outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a Contratada responsável pela sua readequação.

§ 2º O SAMAe reserva-se o direito de recusar os bens que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes serão de responsabilidade da Contratada,



sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 3º O não cumprimento dos prazos previstos poderá acarretar a rescisão do contrato, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação do fornecedor subsequente.

§ 4º Toda e qualquer execução fora do estabelecido será, imediatamente, notificada à Contratada que ficará obrigada a providenciar sua reparação no prazo estipulado pela Autarquia, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas.

§ 5º Deverá(ão) acompanhar a entrega os documentos exigidos no subitem 4.6 para os itens elegíveis.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA**

§ 1º O prazo de entrega é de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do instrumento contratual.

§ 2º O não cumprimento dos prazos de entrega, sem a correspondente autorização para a ampliação de prazo, poderá acarretar a anulação da Nota de Empenho/Rescisão Contratual, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação da licitante subsequente.

§ 3º Em caso fortuito e justificável, a Contratada que não puder realizar a entrega no prazo acima estipulado, deverá protocolar o pedido de prorrogação de prazo, antes de findada a data limite, acompanhado de comprovação motivacional para a prorrogação.

§ 4º A solicitação de prorrogação de prazo poderá ser concedida, a critério da Autarquia.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL DE ENTREGA**

§ 1º O local da entrega dos bens será na Gerência de Manutenção Eletromecânica do SAMAe, situada na Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes Caxias do Sul – RS, CEP 95052-500, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. Caso a Contratada queira agendar a entrega, deverá entrar em contato com a Gerência de Manutenção Eletromecânica pelo e-mail [fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br](mailto:fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 3220-8600, ramal 426.

§ 2º Além da entrega no local designado pelo SAMAe, a Contratada deverá, também, descarregar e armazenar o objeto no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

§ 3º Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

§ 4º O objeto deverá estar segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

§ 5º No momento da entrega, não será aceito material/equipamento de fabricante/marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora/Nota de Empenho/Contrato, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:

- I. o pedido de substituição de fabricante/marca/modelo deverá ser protocolado no SAMAЕ, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar o(a) fabricante/marca/modelo previamente informada, bem como a indicação do(a) novo(a) fabricante/marca/modelo;
- II. o(a) novo(a) fabricante/marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências deste Instrumento;
- III. o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de fabricante/marca/modelo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE**

Esta exigência não se aplica à contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO OBJETO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

§ 1º Os bens serão recebidos:

- I. provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial;
- II. definitivamente, pela fiscalização do contrato, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

§ 2º O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§ 3º Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial.

§ 4º A Contratada se obriga a efetuar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação, a substituição de material rejeitado, independentemente da quantidade rejeitada, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, à aplicação das penalidades previstas.

§ 5º No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

§ 6º O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

§ 7º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 8º O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

§ 9º Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

§ 10 A nota fiscal deverá ser entregue na Gerência de Suprimentos, acompanhada do respectivo bem.

§ 11 As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail [fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br](mailto:fiscalizacaogme@samaecaxias.com.br) e [contabilidade@samaecaxias.com.br](mailto:contabilidade@samaecaxias.com.br).

§ 12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

§ 13 Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União,

expedida pela Receita Federal;

- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 14 Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 15 A qualquer tempo o SAMAÉ poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

§ 16 A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

§ 17 O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 15º (décimo quinto) dia útil. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 18 A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

§ 19 No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

§ 21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§ 22 Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 23 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EQUIPE E DA IDENTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INSPEÇÃO E TESTES**

§ 1º Identificação do responsável da Contratada para contato e pela solução dos problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:

Telefone:

E-mail:

.....

§ 2º Identificação do Laboratório de Inspeção e Testes: (Somente para os Grupo 1 e 3 e para o item 27)

.....

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

A execução do objeto deverá ser realizada, exclusivamente, pela Contratada, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAe, conforme nominata apresentada no Termo de Designação de Fiscalização e Gestão Contratual. Os indicados serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção.

§ 2º A Fiscalização e a Gestão do contrato serão exercidas no interesse do objeto contratado e devem atender às disposições do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui, nem reduz, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º A Fiscalização do SAMAe, em especial, terá o dever de verificar a qualidade do objeto, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à Contratada qualquer indenização pelos custos decorrentes.

§ 5º Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para o SAMAe.

§ 6º As impugnações efetuadas pela Fiscalização deverão ser corrigidas, refeitas ou substituídas, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da Contratada.

§ 7º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de



Referência – Anexo I, do Edital.

§ 8º A Contratada deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 9º São de competência e de responsabilidade da Fiscalização e da Gestão contratual, no que couber, sem prejuízo do estabelecido no Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações:

- I. priorizar, retardar ou interromper a execução do objeto, de modo a atender aos interesses do SAMAÉ;
- II. atender aos chamados da Contratada para esclarecimentos;
- III. acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas;
- IV. promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- V. convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

§ 1º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 2º As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

§ 3º A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 4º Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

§ 5º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

§ 6º Competirá à Contratante:

- I. receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;



- II. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Instrumento e da proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor(es) especialmente designado(s);
- V. efetuar o pagamento no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
- VI. o SAMAe não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- VII. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes neste Instrumento e no Edital da Licitação, seus anexos, bem como em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, no que couber:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência – Anexo I, do Edital;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAe, inerentes ao objeto da presente contratação;
- VI. informar ao SAMAe, durante o período da contratação, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VIII. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos



12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações;

- IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal com a execução do objeto;
- X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
- XI. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos; em não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Contratante;
- XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIII. indenizar terceiros e ao SAMAE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
- XIV. informar ao SAMAE, por escrito, quando for constatada a impossibilidade de execução do objeto;
- XV. proceder à entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, validade e prazo de garantia, no que couber, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- XVI. entregar, quando for o caso, juntamente com os itens, manual do usuário, com uma versão em português, e relação da rede de assistência técnica autorizada;
- XVII. prestar informações sobre a utilização do objeto;
- XVIII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- XIX. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- XX. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

§ 1º Incorre em infração administrativa a Contratada que, com dolo ou culpa, cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento, em contrato ou na legislação atinente à matéria, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 2º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 3º MULTA, por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação da gravidade da inconformidade:

- I. LEVE, na razão de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
  - a) pela não entrega de qualquer documentação solicitada/exigida, nos prazos previstos, e
  - b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- II. LEVE, quando do descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada, na razão de 1% (um por cento), sobre o valor global do item/grupo, dentre elas:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a fase competitiva;
  - d) deixar de apresentar amostra, quando exigível;
  - e) apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- III. MODERADA, de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
  - a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado, e
  - b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- IV. GRAVE:
  - a) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato;
  - c) de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente, e
  - d) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo quando da subcontratação não permitida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.
- V. GRAVÍSSIMA:
  - a) de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto, e
  - b) de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a



nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 4º IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, pelo prazo de até 3 (três) anos e cancelamento, quando houver, do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, bem como demais cominações legais, quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. der causa à inexecução total do objeto;
- III. deixar de entregar a documentação exigida;
- IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 5º DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, que impedirá a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, quando houver, bem como demais cominações legais, quando:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- II. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
  - b) induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

§ 6º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 7º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual ou será cobrada judicialmente.

§ 8 A aplicação das sanções aqui previstas em hipótese alguma anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 9 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

§ 10 A aplicação de multa não impede que o SAMAЕ rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

§ 12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

§ 13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

§ 14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentações, se for o caso.

§ 15 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à Contratada.

§ 16 As multas e o seu pagamento não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 17 As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAЕ, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Nesta contratação, não há exigência de garantia de execução.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

§ 1º Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, de 10 de fevereiro de 2026.

§ 2º Mediante solicitação da Contratada, dentro do prazo de vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de 1 (um) ano da referência anteriormente mencionada, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§ 3º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 4º O reajuste dar-se-á, preferencialmente, por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Constituirão motivos para extinção do contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

- I. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do contrato;
- II. quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato, e
- III. quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

§ 1º O contrato poderá ser extinto nas hipóteses e formas previstas no Capítulo VIII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

§ 3º Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 4º O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:



- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e
- III. indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

A Contratada fica obrigada a:

- I. cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- II. cumprir com o estabelecido pela Contratante para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- III. guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- IV. não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- V. notificar a Contratante em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- VI. fornecer informações úteis à Contratante sobre a natureza e âmbito dos dados pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas, e
- VII. implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste contrato, a Contratante, notificará a Contratada, para, no prazo legal, contados do recebimento, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE**

A Contratada, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Contratante, conforme prevê a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado à Contratada:

- I. caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- II. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei;
- III. a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, sem autorização prévia.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contida na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

§ 1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstos na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO**

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, acompanhado das testemunhas abaixo subscritas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Caxias do Sul, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

Representante legal,  
Empresa Contratada.

Edson Paulo Theodoro da Rosa,  
Diretor-Presidente do SAMAE.

Testemunhas:

1.

2.